

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre o “Programa de Guarda Subsidiada para Crianças e Adolescentes em situação de risco social” no município de.....e dá outras providências.

A Câmara Municipal deDECRETA:

Art. 1º As crianças e adolescentes, em caso de falecimento, abandono, negligência, ameaça e violação dos seus direitos fundamentais por parte de seus pais ou responsável, em havendo destituição de guarda ou tutela, suspensão ou destituição de poder familiar, ou ainda afastamento cautelar de sua família de origem, serão colocadas em família substituta na forma de guarda subsidiada, nos termos da presente Lei.

O objetivo do amparo da criança ou adolescente sob guarda subsidiada é o de proporcionar meios capazes de readaptá-los ao convívio da família e da sociedade, com possibilidades de retorno à família de origem ou adoção, conforme o caso.

Art. 2º A instituição do Programa de Guarda Subsidiada constituir-se-á numa alternativa de atendimento à criança e adolescente, dentro dos princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º O Programa de Guarda Subsidiada, objetiva:

- I - Oferecer um lar familiar para crianças e adolescentes violados em seus direitos;
- II - Proporcionar ambiente sadio de convivência;
- III - Oportunizar condições de socialização;
- IV - Oferecer atendimento médico-odontológico, social e moral e/ou orientações;

V - Oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e a profissionalização;

VI - Integrar a comunidade ao Programa de Guarda Subsidiada;

Art. 4º A Guarda Subsidiada se constitui na guarda de criança ou adolescente por família previamente cadastrada e capacitada, residente no município de ..., que tenha condições de receber e manter condignamente, oferecendo os meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto das Secretarias da Criança e de Adolescente, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

§ 1º É admissível a inscrição de familiares das crianças e adolescentes a serem acolhidas nos termos desta Lei, caso em que será dispensado o cadastramento prévio, mas exigida a capacitação e o acompanhamento posterior, na forma prevista no presente programa.

§ 2º As Secretarias da Criança e de Assistência Social, numa atuação articulada e integrada, providenciarão o acompanhamento e a adaptação da criança ou adolescente, com vista à permanência temporária sob a guarda da família guardiã.

§ 3º A colocação de crianças e adolescentes sob guarda faz com que a família guardiã seja responsável por prestar-lhes assistência material, moral e educacional, nos termos dos artigos. 33 a 35, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 5º As famílias interessadas serão cadastradas pela Secretaria da Criança e Adolescente através do Departamento de ..., recebendo após análise e orientação por equipe interdisciplinar a serviço daquele órgão, habilitação para acolher crianças ou adolescentes sob sua guarda, na forma da Lei. e/ou outros órgãos públicos que tenham atuação nas áreas citadas, a depender da estrutura administrativa de cada município

§ 1º A seleção das famílias interessadas levará em conta o local de moradia, o espaço físico, o ambiente familiar, a motivação e o preparo para o acolhimento de crianças e adolescentes, conforme determina a Lei Federal nº 8.069/90.

§ 2º A equipe interdisciplinar definirá o número de crianças e adolescentes que cada família acolherá, a partir do estudo de caso, considerando a situação da criança ou adolescente e também da família guardiã.

§ 3º Os grupos de irmãos serão colocados sob a guarda da mesma família guardiã, salvo comprovada impossibilidade, observado o disposto no art. 28, §4º, da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 4º A falta de condições materiais não é motivo para que a criança ou adolescente deixe de ser colocada sob a guarda da família habilitada, especialmente em havendo relação de parentesco, cabendo a inclusão desta, em caráter prioritário, em programas oficiais de auxílio, nos moldes do previsto no art. 129, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 5º A Secretaria da Criança e Adolescente fornecerá, a cada semestre ou sempre que solicitado, a relação de famílias habilitadas ao Juiz da Infância e da Juventude local.

Art. 6º A escolha da família guardiã caberá ao Juiz da Infância e Juventude, a partir de informações técnicas fornecidas pela Secretaria da Criança e Adolescente.

§ 1º A colocação da criança ou adolescente sob a guarda da família habilitada observará o procedimento próprio previsto nos artigos. 165 a 170, da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 2º A família guardiã assinará Termo de Guarda da criança ou adolescente, na forma do previsto no art. 32, da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 3º Sempre que necessário, o município fornecerá assistência jurídica à família guardiã, para viabilizar a concretização da medida e/ou, quando for o caso, de alimentos junto aos pais da criança ou adolescente acolhida, na forma prevista pelo artigo 33, § 4º, da Lei Federal nº 8.069/90. Art.7º Caberá às Secretarias da Criança e Adolescente e Desenvolvimento Social o acompanhamento das crianças e adolescentes colocados sob guarda subsidiada através de equipe técnica interdisciplinar, que também prestará a necessária orientação e amparo psicológico à família guardiã e à família de origem, observado os princípios relacionados no art. 100, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar manterão acompanhamento constante e fiscalização do programa de Guarda Subsidiada, cabendo ao primeiro o registro e a articulação deste com outros programas em execução no município nas áreas da educação, saúde e ação social, de modo a permitir que crianças e adolescentes sob guarda, bem como famílias guardiãs e de origem que deles necessitem,

sejam a eles rapidamente encaminhados, gozando de prioridade de atendimento, na forma do previsto no art. 4º, par. único, letra “b”, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 9º O descumprimento de qualquer das obrigações contidas no art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como de outras estabelecidas por ocasião da regulamentação da presente Lei, implicará em desligamento da família do Programa, com imediata comunicação à autoridade judiciária para a tomada das medidas cabíveis, inclusive eventual destituição de guarda, conforme previsto no art. 35, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 10 A família habilitada a participar do programa de guarda subsidiada receberá, além do acompanhamento técnico já mencionado, 01 (um) salário mínimo por mês, por criança ou adolescente acolhido, observado para efeitos de pagamento a proporcionalidade em relação ao período de efetivo exercício da guarda.

Parágrafo único. Receberá também, seja qual for o número de crianças ou adolescentes acolhidos, desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, assim atestado por certidão fornecida pelo cartório da comarca, da qual deverá constar apenas as iniciais da criança acolhida e número do procedimento em que a medida foi determinada.

Art. 11 A despesa, na forma de serviço de que trata o artigo anterior, será suportada por dotações orçamentárias próprias a serem consignadas nos orçamentos das Secretarias Municipais da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. De modo a permitir a imediata implementação do Programa, excepcionalmente, no presente exercício, serão utilizados recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, na proporção e montante a serem estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 12 Para efeitos de pagamento, a Secretaria de Assistência Social emitirá declaração, observando-se as condições de guarda bem como o período de atendimento em cada caso.

Art.13 O Poder Executivo, por intermédio de técnicos das Secretarias da Criança e do Adolescente, regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, elaborando projeto próprio que será levado a registro no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do previsto no art. 90, incisos II e III e §1º, da Lei Federal nº 8.069/90.

Parágrafo único. Do projeto que regulamentará a presente Lei constarão, dentre outras disposições: requisitos mínimos e forma de cadastramento, seleção e habilitação das famílias guardiãs; critérios para o encaminhamento e acolhimento de crianças e adolescentes, com observância dos princípios estabelecidos pelos artigos. 28, 92, 94, 100 e 101, da Lei Federal nº 8.069/90; prazo para reavaliação da situação da criança ou adolescente, com vista a proporcionar seu retorno à família de origem ou adoção, conforme o caso, da forma mais célere possível; proposta detalhada de atendimento, inclusive das atribuições da equipe técnica encarregada do acompanhamento da execução do Programa; articulação com outros programas em execução no município etc.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 15 As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Sala das Sessões;

Vereador

Projeto de Lei embasado na Lei 13.839/11

do município de Curitiba.

JUSTIFICATIVA

Crianças institucionalizadas são sujeitas a inúmeras privações incluindo a privacidade e os vínculos afetivos e, apesar da lei lhes assegurar o direito a viver em família, milhares de crianças continuam em internatos.

Todos nós sabemos que um país que não investe na criança é um país sem futuro. A criança tem um significado amplo, pois será a condutora do futuro da nação, criando riquezas, produzindo cultura e cuidando dos seus idosos.

O abandono de crianças nas grandes cidades é algo constante de ser visto e vivido pela sociedade altamente competitiva e urbanizada.

Todos os dias, nos deparamos com crianças pedindo esmolas, cometendo delitos ou sendo recolhidas a orfanatos, e em contrapartida, vemos o Estado lançando novos programas de Educação, ajuda aos necessitados e programas de adoção. A degeneração da família, berço da sociedade, estão se multiplicando, menores criados nas ruas dão origem a famílias que provavelmente também se desintegram, lançando novas crianças às ruas, à vida. Assim temos um destino que aponta para um colapso no nosso modelo social.

Observemos que o problema além de econômico também é social, como por exemplo: o drama da criança nas metrópoles brasileiras começa antes de seu nascimento. Vivemos em uma sociedade abortiva e abandonadora, onde muitas empresas recusam-se em contratar mão-de-obra feminina, sob a alegação de que a mulher grávida não é produtiva. Outros empregadores exigem teste de gravidez antes de admitir a mulher.

Isso cria uma visão equivocada de que a maternidade é onerosa e prejudicial à economia. Pior ainda é a sociedade incapaz de fornecer às crianças uma vida com qualidade, no conjunto de uma boa nutrição, assistência médica, educação e trabalho.

Uma vez que a população esteja empregada, com os hospitais públicos capazes de fazer com que um plano de saúde seja desnecessário e, uma rede de escola cujos profissionais sejam capazes de formar pessoas de caráter, o abandono de crianças, assim sendo, não se justificaria. Contudo, o quadro atual, infelizmente é o oposto.

Fala-se em falta de verbas para viabilizar projetos de reestruturação social, aumento do salário mínimo, etc... mas, não faltam incentivos de milhões de reais aos bancos e outras entidades financeiras privadas a fim de que as mesmas possam tornar-se mais competitivas no mercado.

Da parte da população, vivenciamos um caso simples, à primeira vista: ao dar R\$ 1,00 para aquelas crianças que vendem balas e outros produtos pelas ruas, não se sabe ao certo, o que será feito com este dinheiro: se a criança, realmente, ajudará no sustento de sua casa, se comprará drogas ou, ainda, se ela repassará esse dinheiro para algum traficante. O resultado não poderia ser outro: crianças nas ruas cheirando cola, fumando maconha, assaltando carros nos sinais, enfim, cometendo crimes que estão destruindo a vida de jovens que, teoricamente, representam o futuro do nosso País.

A criança está repleta de direitos, muitos deles extraídos da Declaração dos Direitos da Criança, discutida e aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959. Entre os direitos essenciais estão: a não discriminação racial, o direito à nacionalidade, à proteção para o desenvolvimento físico, mental e social, o direito ao amor e o direito de crescer numa sociedade solidária, centrada na amizade e na compreensão. Porém, a principal questão que envolve a criança em sua plenitude passa necessariamente pela alimentação e pela escola.

A criança abandonada é problema da sociedade como um todo. Esse projeto visa amenizar o sofrimento das crianças e adolescentes que vivem em abrigos e internatos sem o carinho e afeto de um pai e uma mãe.

Pela importância da matéria, solicito aos nobres pares a aprovação desta lei.